

Mailson não vê muito avanço na dívida

O ministro brasileiro diz ter ouvido muito sobre a "revolução silenciosa"

ROBERT APPY

WASHINGTON — Ao apresentar ontem à imprensa brasileira um balanço da reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (Bird), o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, destacou três pontos: não houve um avanço na negociação da dívida externa; avançou-se bastante sobre a questão do aumento das cotas do Fundo e falou-se muito desta "Revolução Silenciosa" em que todos os países-membros estão chegando ao consenso do que é bom e ruim na política econômica. Faltou, talvez, uma análise do ministro sobre os problemas de preservação do meio ambiente.

Pensava-se que o Plano Brady, que teve sua parte essencial definida na reunião do ano passado, em Berlim, seria o assunto principal da reunião no tocante à dívida externa. Isso não aconteceu. Apenas uma pessoa exaltou o sucesso do plano: o seu autor, o secretário do Tesouro americano, Nicholas Brady.

Se não houve uma avaliação do Plano Brady é que certamente se precisa de tempo para conhecer o funcionamento de seus mecanismos. Mas também se está diante de um fato importante, que é a resistência dos credores em assumir o maior ônus do processo de redução da dívida dos países do Terceiro Mundo.

O Plano Brady tem dois defeitos: estabelece uma participação desequilibrada nos sacrifícios entre o setor público e os bancos comerciais, além de pedir aos bancos que aceitem o ônus de voltar a oferecer empréstimos a seus devedores — o

que, em termos contábeis, equivale a uma perda para os bancos.

Reforçar substancialmente as cotas do FMI é reconhecer que esse organismo, criado para atuar em caso de desequilíbrio a curto prazo no balanço de pagamentos, o que daria um retorno rápido a suas aplicações, mudou sua função. Teremos certamente até o final do ano uma decisão sobre a questão das cotas do Fundo, talvez com um aumento insuficiente para que o FMI possa cumprir sua tarefa, de modo eficiente. Mas o FMI recebeu uma consagração nesta reunião anual que o próprio diretor-gerente, Michel Camdessus, chamou de "Revolução Silenciosa". Tal revolução se traduz pelo fato de que hoje ninguém condena as exigências ortodoxas do FMI. As críticas estão se restringindo apenas à falta de flexibilidade para aplicar essas exigências ortodoxas.

O próprio ministro Mailson da

Nóbrega recentemente declarou: "O programa de ajuste econômico terá de ser adotado não para obter ajuda do FMI, mas simplesmente para salvar a nossa economia". Alguns deram outro nome a essa Revolução Silenciosa ao chamá-la de a era do fim do populismo, o que está bem ilustrado pela política do presidente Carlos Menem, na Argentina. Mas o interessante é que tal revolução atinge os países comunistas, que nesta reunião ocuparam a frente da cena econômica.

Os mais exaltados defensores dos países do Leste europeu foram certamente o Reino Unido, República Federal da Alemanha, os Estados Unidos e a França. É interessante notar, entretanto, que pouco se falou dos países em processo de negociação da dívida, como é o caso da Argentina, apesar de os bancos estarem citando o exemplo argentino como um caminho a ser seguido pelo Brasil.